



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 570/2021/CEL/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0037.408802/2019-65

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, software de análise e inteligência, configuração, manutenção e suporte técnico, para implantação do sistema de videomonitoramento na cidade de Porto Velho (área urbana e rural) com pontos de extensão na cidade de Nova Mamoré e Guajará Mirim, denominado com Perímetro Tático de Segurança Eletrônica, com capacidade de captura de placa de veículos (OCR), transmissão e processamento eletronicamente das imagens e informações de deslocamentos veiculares nos pontos de coleta, com fornecimento de todos os equipamentos necessários para o seu pleno funcionamento, contemplando serviços técnicos de instalação, implantação e serviço de manutenção corretiva e preventiva com suporte técnico na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana).

Trata o presente de resposta ao Pedido de Esclarecimento apresentado pela empresa Minas Ouro Tecnologia LTDA, encaminhado por meio eletrônico para esta **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO**, que procedeu à análise dos pedidos de esclarecimento, em relação aos termos do Edital do **Pregão Eletrônico Nº 570/2021/CEL/SUPEL/RO**, informando o que se segue:

1. DOS ARGUMENTOS DA LICITANTE:

Em suas razões conforme previsto no pedido de esclarecimento acostado aos autos, a empresa questiona:

Questionamento 1: A presente comissão de licitação irá manter a referida exigência impedindo a habilitação ou a classificação de empresa por meio de consorcio?

RESPOSTA: Sim, Conforme justificativa do item 36 do Termo de Referência, vejamos:

"36. DA PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS REUNIDAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO

36.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e, ainda, o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios nas licitações por ela promovidas, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços."

Questionamento 2: Como podemos atender a este item, para isso se faz necessário a versão do software e ainda aceitar produtos, igual ou superior, e se pode ser informado e aceito outro produto, para atender aos itens.

3.11.1.11 NA INTEGRAÇÃO COM CFTV EXISTENTE DIGIFORT

3.11.1.11.1 O sistema proposto deverá possibilitar a imediata integração com o CFTV existente (Fabricante do

Software de
CFTV existente: Digifort):

RESPOSTA: Não ficou claro o questionamento da empresa. Mas acredita-se que as respostas aos Pedidos de Esclarecimentos publicados no site da SUPEL e ComprasNet, nesta data possam esclarecer as dúvidas do licitante.

Porto Velho, 06 de janeiro de 2022.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA

Pregoeiro CEL-SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Presidente**, em 06/01/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0023267870** e o código CRC **9AD839D6**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0037.408802/2019-65

SEI nº 0023267870